



SINDSAÚDE-RN

Sindicato dos Servidores em Saúde do RN
www.sindsaudern.org.br 3027.2830

Uma análise das finanças de NATAL-RN com ênfase na Saúde

Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE)

Março de 2017



ELABORAÇÃO

Este estudo é uma produção do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) coordenado por Gustavo Machado. Tem por objetivo analisar as finanças públicas do município de Natal-RN, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da saúde.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional, pelo SIOPS pelo Diário Oficial do Município de Natal.



OBSERVAÇÃO METODOLÓGICA

No curso desse estudo, diferentes tipos de receitas municipais foram consideradas. Isso ocorre porque distintas leis levam em conta distintas receitas. Por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores, leva em conta a Receita Corrente Líquida. Já o mínimo constitucional a ser aplicado na Saúde leva em conta apenas a Receita oriunda de transferências e impostos.

Em nenhum desses casos, se considera a Receita Total do município, limitando ainda mais os pisos constitucionais.

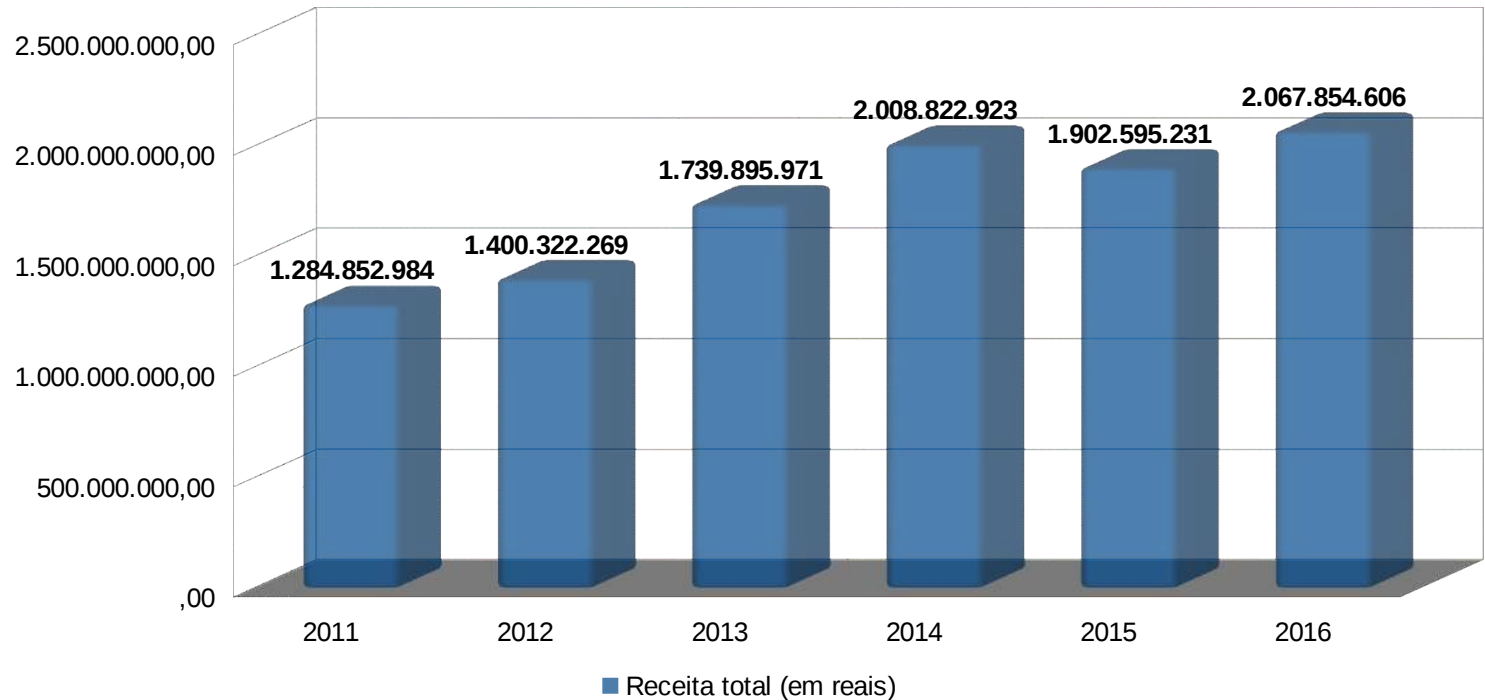


RECURSOS



Receita Total

Receita Total (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

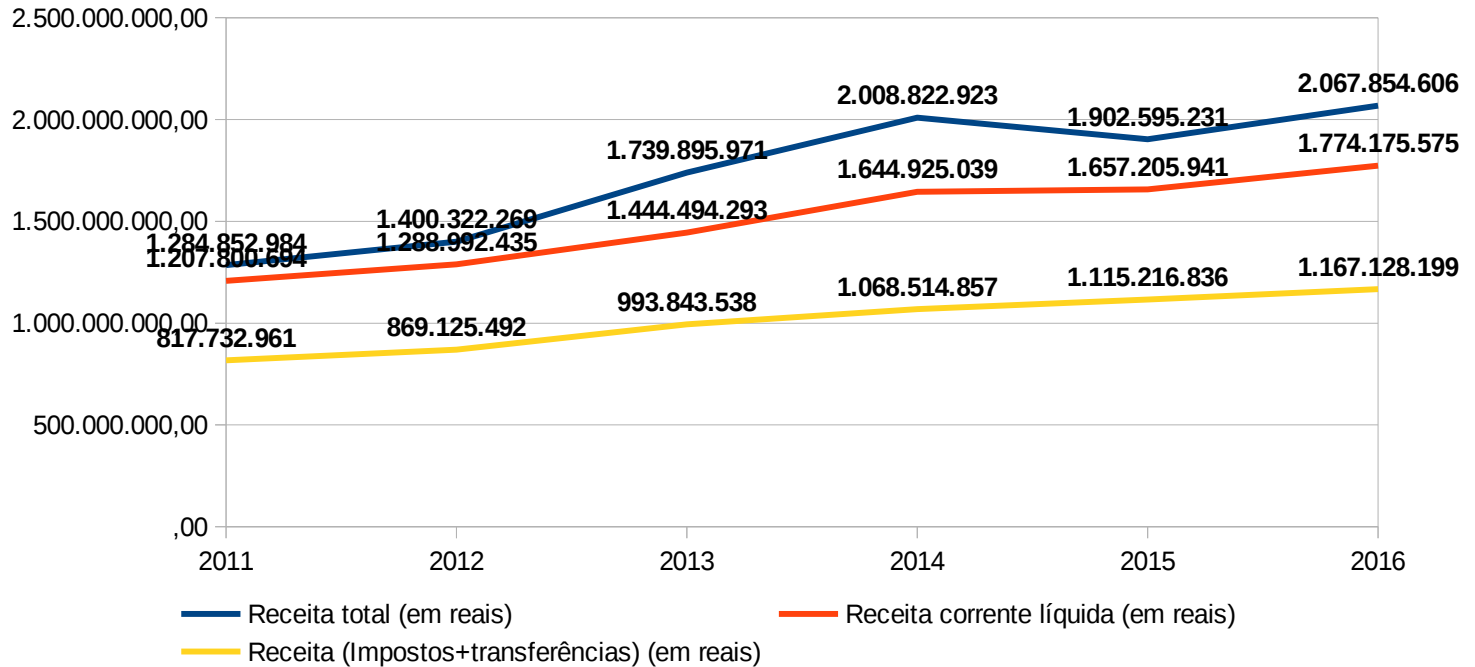
A arrecadação do município de Natal cresceu 60,9% entre 2011 e 2016. Este crescimento é bem superior a inflação do período, segundo o índice do INPC, que ficou em 49,82%. Em 2016 o crescimento da receita de foi de cerca de 8,7%, superior a inflação do ano que foi de 6,29%, segundo o INPC.

Não faltam recursos na prefeitura de Natal



Receitas

Receitas (Total, Líquida e proveniente de impostos e transferências) (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional – Siconf e Portal Transparência de Natal. Elaboração: ILAESE

Acima mostramos as diversas receitas da prefeitura de Natal. A Receita Total considera toda arrecadação do município, seja qual for a origem. Ela não é usada para o cálculo de nenhum piso constitucional. A receita corrente líquida não considera o superavit do ano anterior e é utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os pisos constitucionais da educação e saúde são calculados com as Receitas oriundas de impostos e transferências, que é a menor que todas receitas anteriores. Todas elas cresceram mais de 40% em 5 anos.

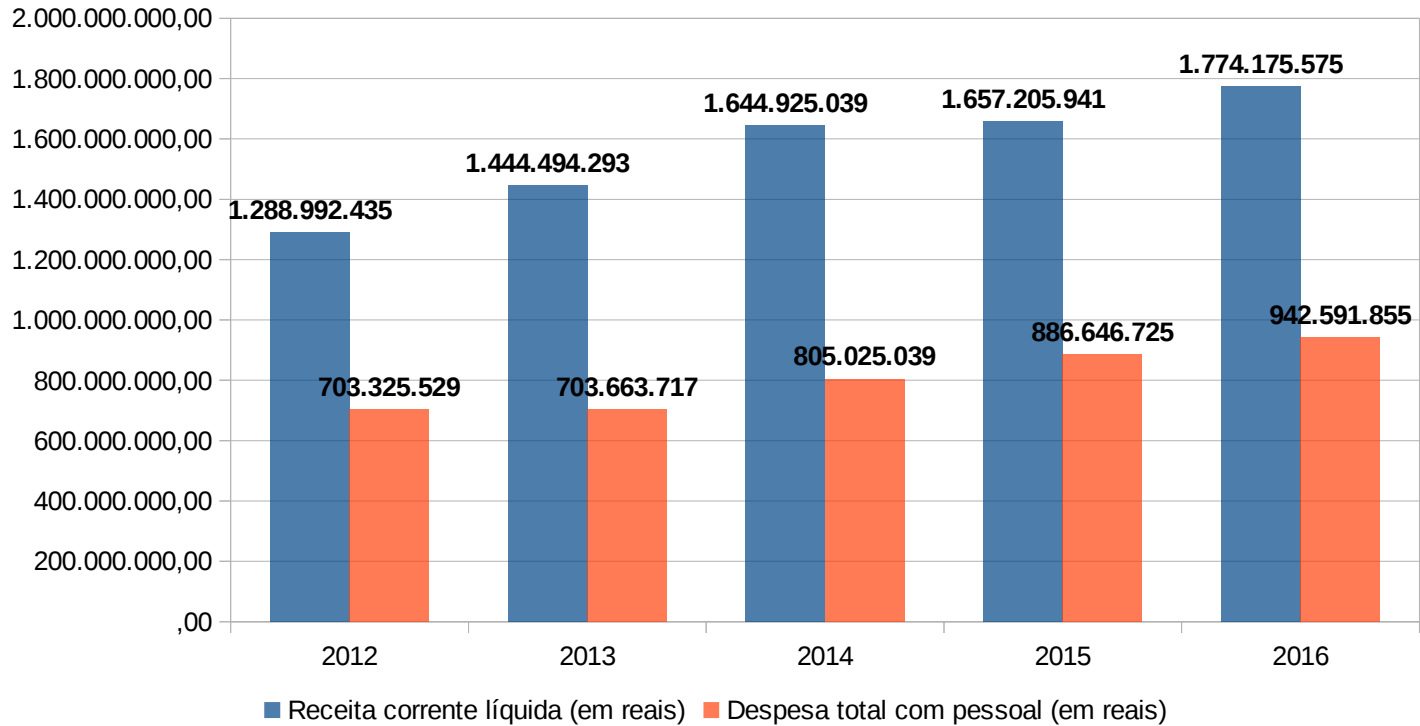
Receita para o cálculo dos pisos constitucionais equivale a apenas 56,4% da Receita Total do município de NATAL.

GASTO COM PESSOAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



Gasto com Pessoal

Despesa com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida



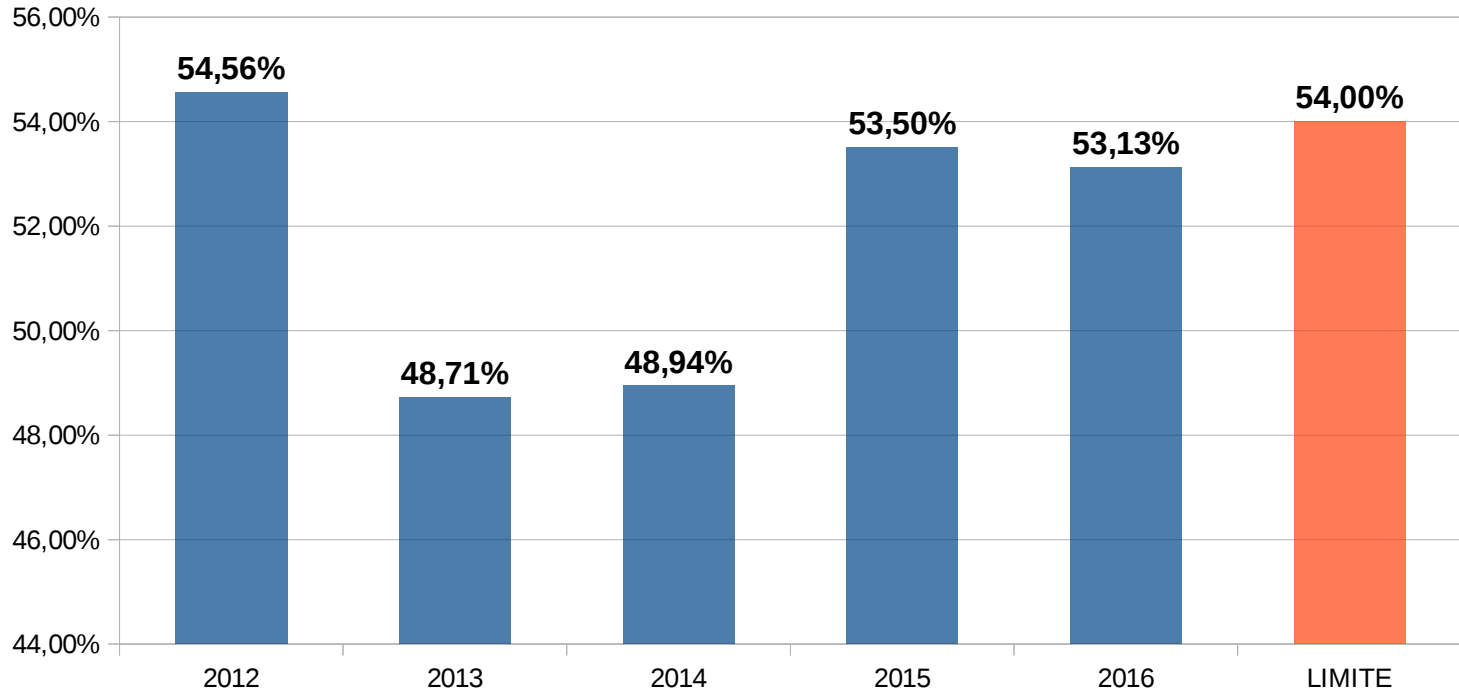
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Podemos ver acima a receita corrente líquida e as despesas com pessoal (pagamento dos servidores públicos) no município de Natal. Enquanto as receitas cresceram 36,4% em 5 anos, o gasto com os servidores cresceram pouco mais de 34%% nesse mesmo período. Os seja, a arrecadação cresceu mais que os gastos com os servidores públicos.



Lei de Responsabilidade Fiscal

Percentual de gasto com pessoal em relação ao Limite da LRF



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Apesar disso, percentualmente, os gastos com pessoal se encontram muito próximos do Limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acima do chamado limite prudencial que é de 51,3%. De qualquer modo, como veremos a seguir, essa lei é absurda e não pode ser aceita como desculpa para barrar investimentos nos servidores.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O governo federal aplica uma política econômica neoliberal para o orçamento da União com o objetivo de privilegiar o pagamento da dívida pública. Os investimentos em áreas como saúde, educação e os demais serviços públicos ficam para depois. Para isso existe a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, durante o governo FHC.

Em nome de uma suposta responsabilidade fiscal, ela impõe barreiras absolutas que impedem o aumento de investimentos em pessoas até um certo limite. Estabelece o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios (54% na esfera executiva e 6% na esfera legislativa). Já o limite para o governo federal é ainda menor: 50% do orçamento.

Nesse cenário, o pagamento da dívida é mais importante que os outros gastos. Caso a receita do Estado ou município for menor que o previsto, o governo não pode fazer investimentos, a não ser os de caráter obrigatório, constitucional.

É preciso organizar uma luta nacional contra a Lei de Responsabilidade Fiscal

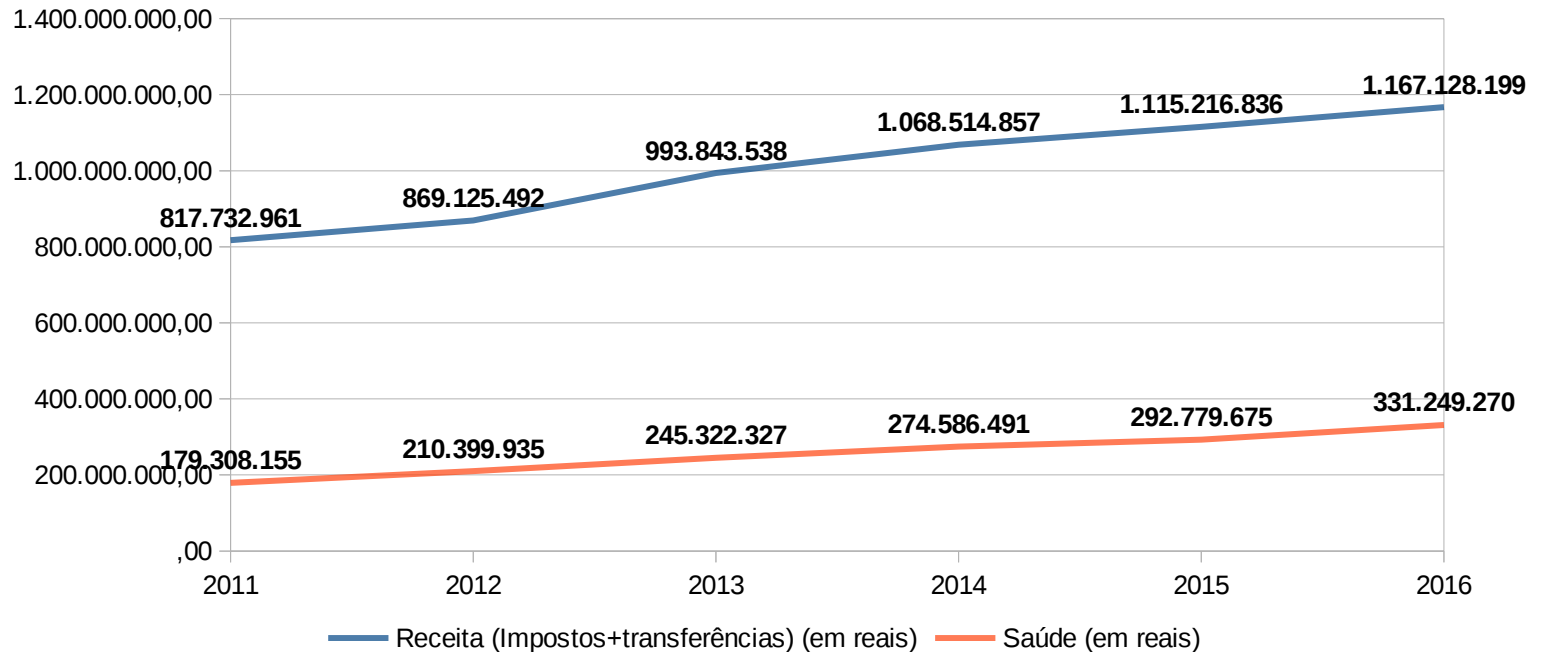


GASTOS EM SAÚDE



Gasto mínimo constitucional

Cálculo da Saúde em relação ao limite constitucional



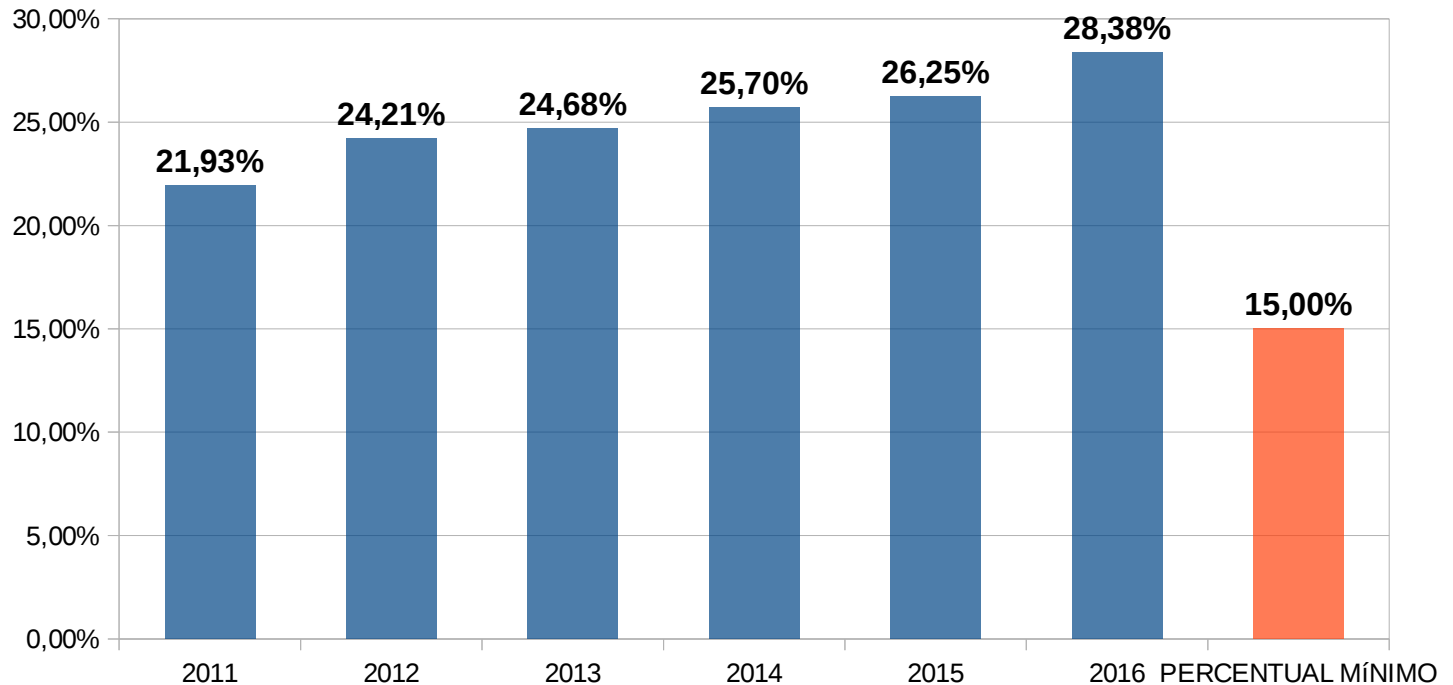
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Para o cálculo do limite constitucional de investimentos na saúde não é considerada toda a receita do município como já explicamos. Nesse caso leva-se em conta apenas a receita proveniente de impostos e transferências. Já nos gastos com saúde, para esse cálculo, se considera predominantemente o investimento em salários dos servidores.



Gasto mínimo constitucional na Saúde

Gastos com as Ações e Serviços Públicos da Saúde



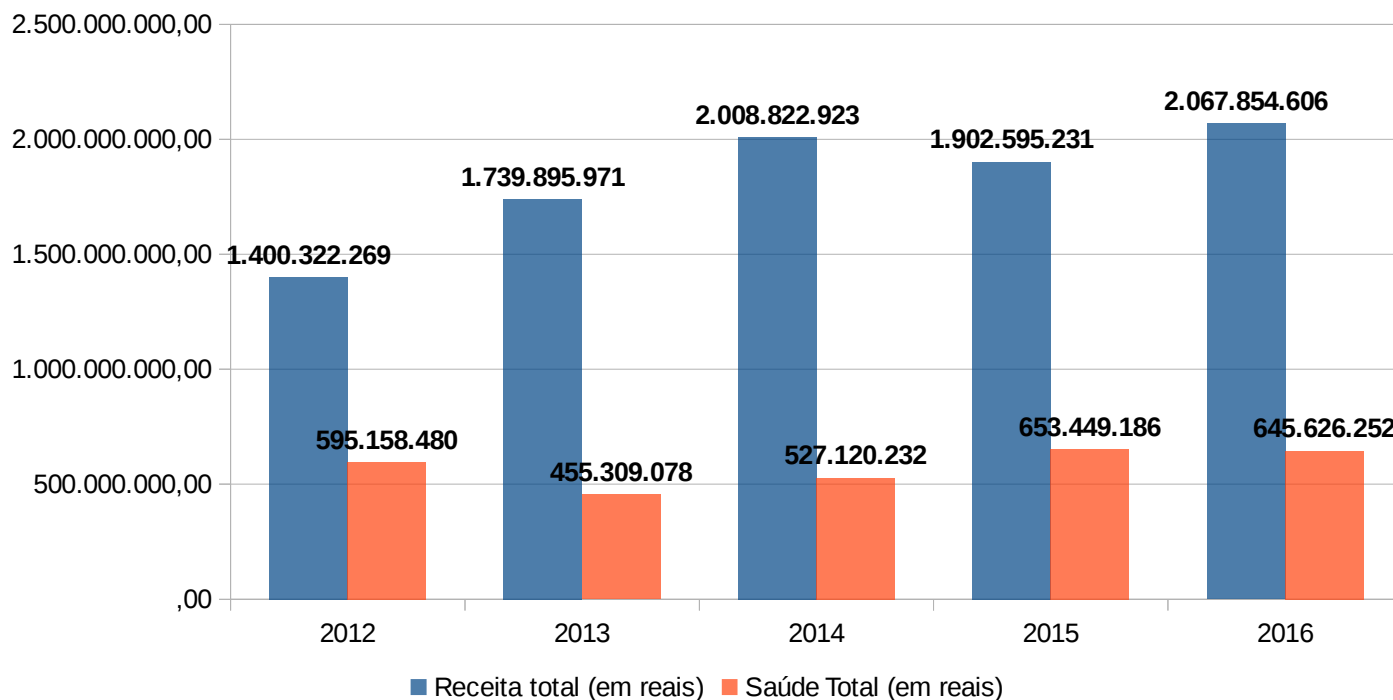
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Esse gráfico pode dar a impressão de que os investimentos em saúde na cidade de Natal estão crescendo. Isso é falso, o piso é muito baixo e apenas uma parcela desses investimentos são considerados. Vejamos, então, como fica os investimentos totais na saúde.



Análise dos gastos em Saúde

Gasto total em Saúde em relação a Receita Total

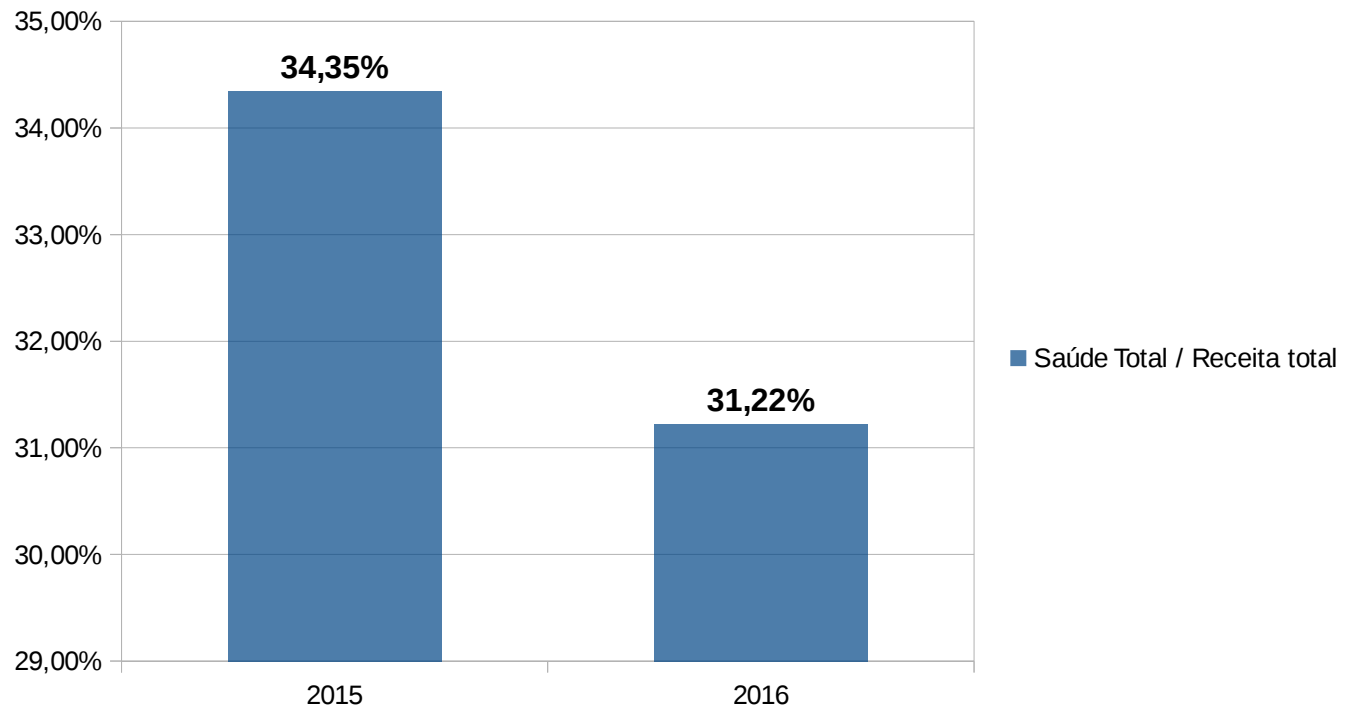


Fonte: Portal da Tesouro Nacional e TCE. Elaboração: ILAESE

Nos últimos 5 anos, a receita total do município cresceu cerca de 47,6% enquanto os gastos com saúde cresceram apenas 8,4%. Pior ainda. Se considerarmos apenas o ano de 2016, a receita do município cresceu cerca de 8,7%, enquanto os gastos com a saúde caíram 1,2%.



Gastos em Saúde em 2015-2016



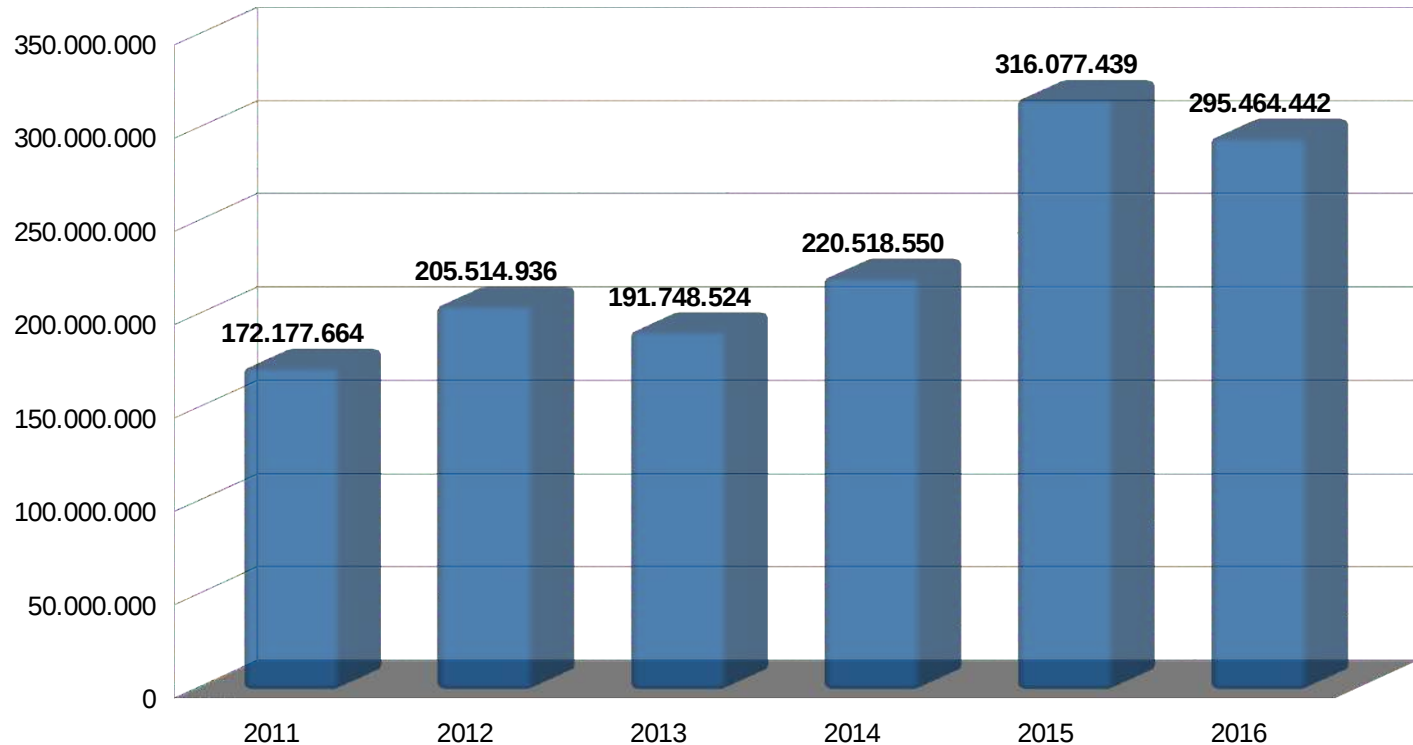
Fonte: Portal da Tesouro Nacional e TCE. Elaboração: ILAESE

Não sem razão, a saúde ocupava em 2015 cerca de 34,35% do orçamento e passou a ocupar apenas 31,22% em 2016. Uma queda superior a 3 pontos percentuais.



Transferência de Recursos do SUS

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (em reais)



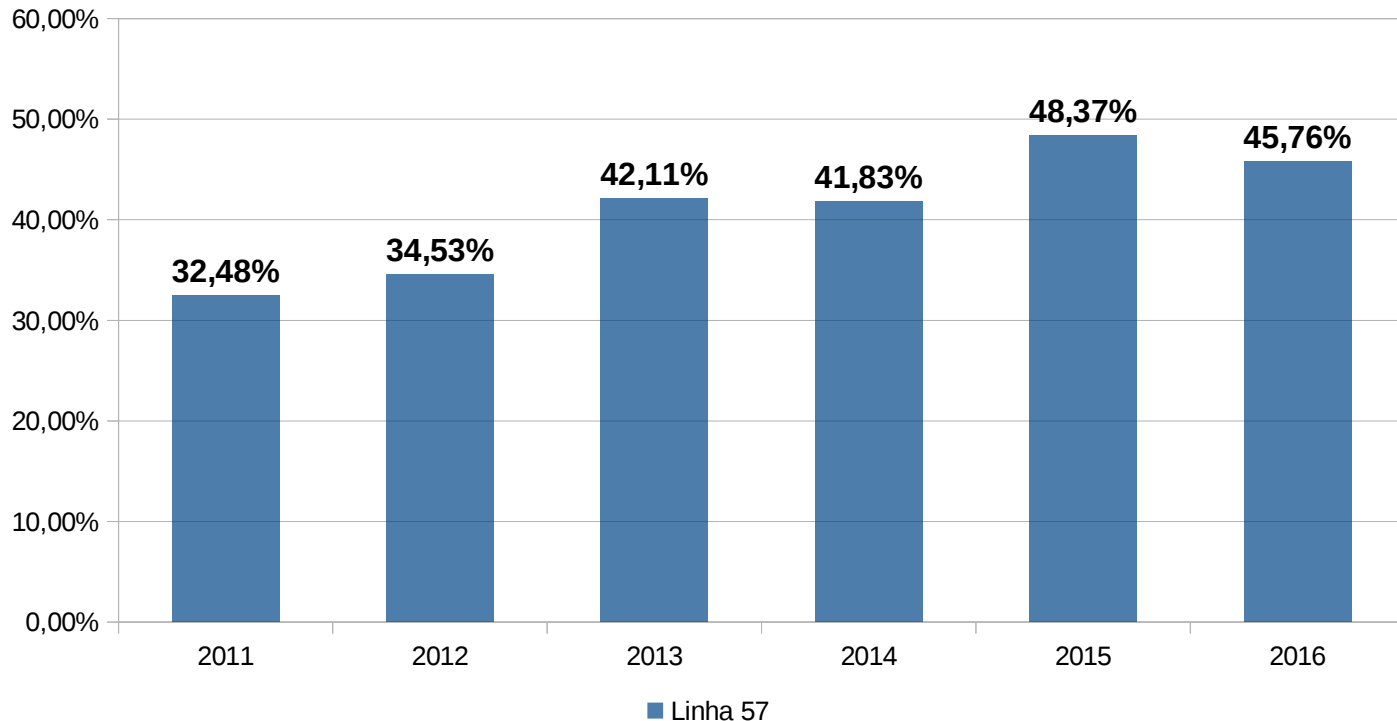
Fonte: Siops - datasus. Elaboração: ILAESE

Apesar da queda no orçamento da saúde, as transferências constitucionais cresceram significativamente nos últimos tempos. Um crescimento de 71,6%.



Transferência de Recursos do SUS

Percentual das transferências constitucionais para o SUS nos gastos totais em Saúde



Fonte: Siops - datasus. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, cada vez menos recursos próprios são usados pela prefeitura de Natal na Saúde. A maior parte dos gastos no setor são cada vez mais originadas das transferências constitucionais da União para manutenção do SUS.



Resumo: Receitas versus Gastos em Saúde

	2011	2016	Crescimento
Receita Total	1.284.852.983,93	2.067.854.605,87	60,9%
Transferência de Recursos do SUS	172.177.664	295.464.442	71,6%
Gastos totais em saúde	530.111.930,38	645.626.251,99	21,8%
Inflação (INPC)			49,82%

Como podemos ver na tabela acima, entre 2011 e 2016 os investimentos na saúde cresceram bem abaixo da inflação e muito menos que a receita total do município, bem como as transferências constitucionais para a saúde.

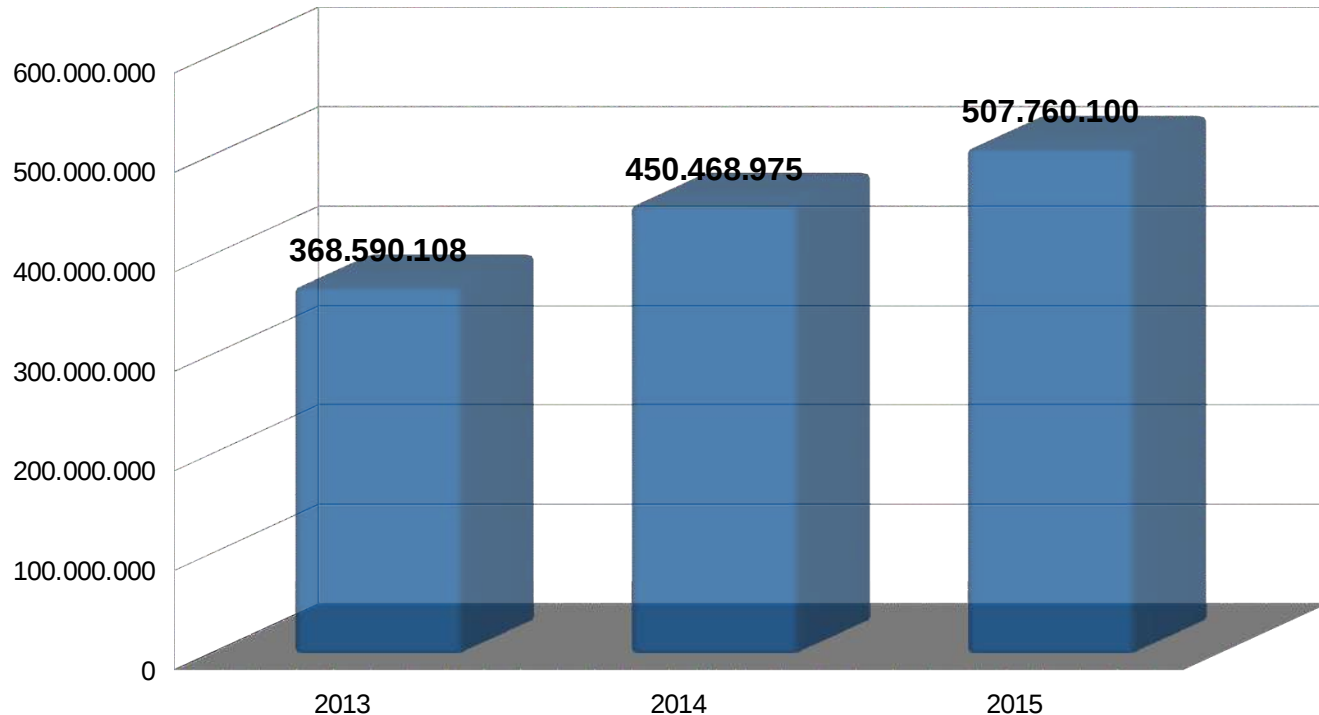


TERCEIRIZAÇÃO E CARGOS COMISSIONADOS



Terceirização

Terceirização (em reais)



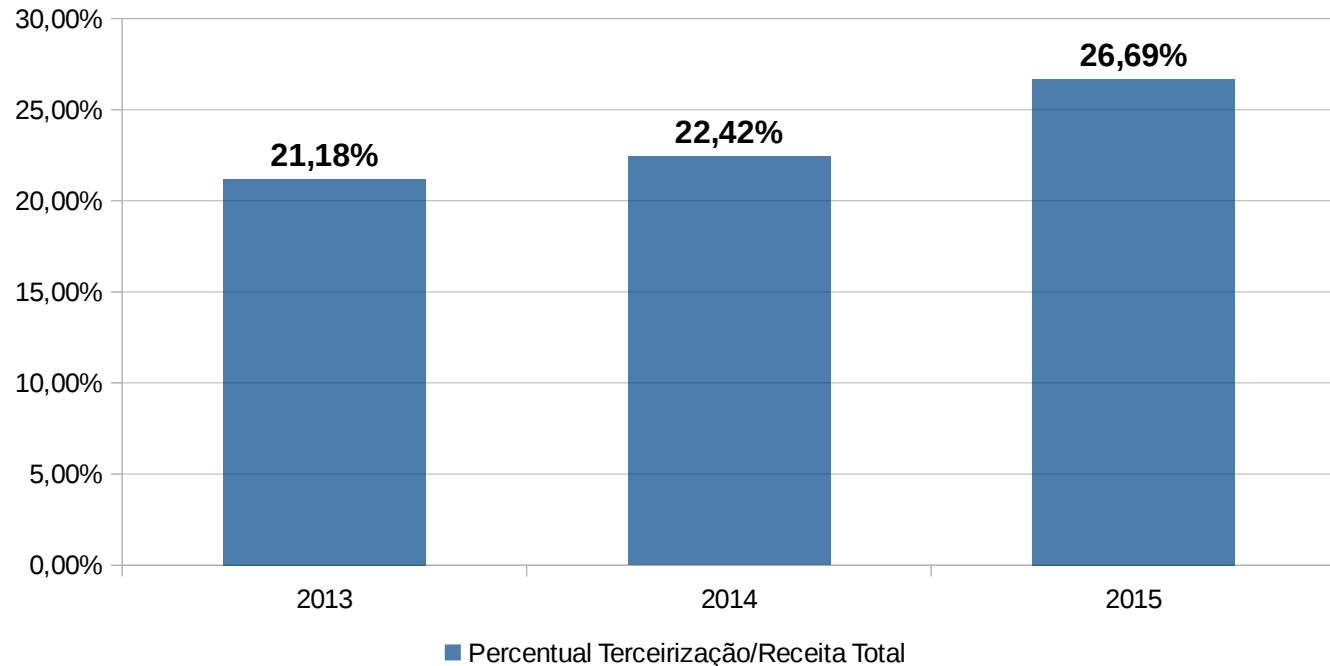
Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

O que cresceu de forma desenfreada no município de Natal foi a terceirização que saiu de 368 milhões em 2013 para 507 milhões de reais em 2015. Isso significa um crescimento de 37,8% na terceirização em apenas 3 anos.



Terceirização

Percentual ocupado pela Terceirização em relação a Receita Total



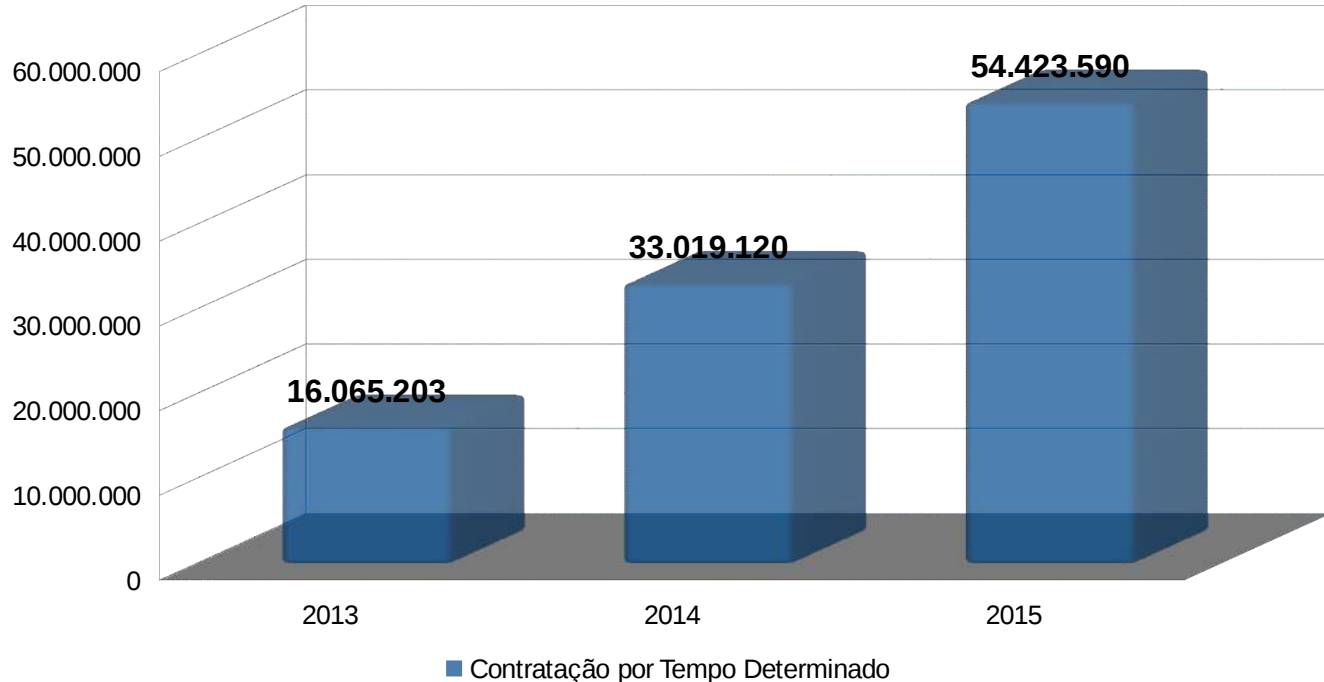
Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Não sem razão, a fatia da terceirização cresceu sem parar nas receitas do município. Em 2015, ocupa mais de um quarto de tudo que foi arrecadado.



Cargos comissionados

Cargos comissionados (em reais)



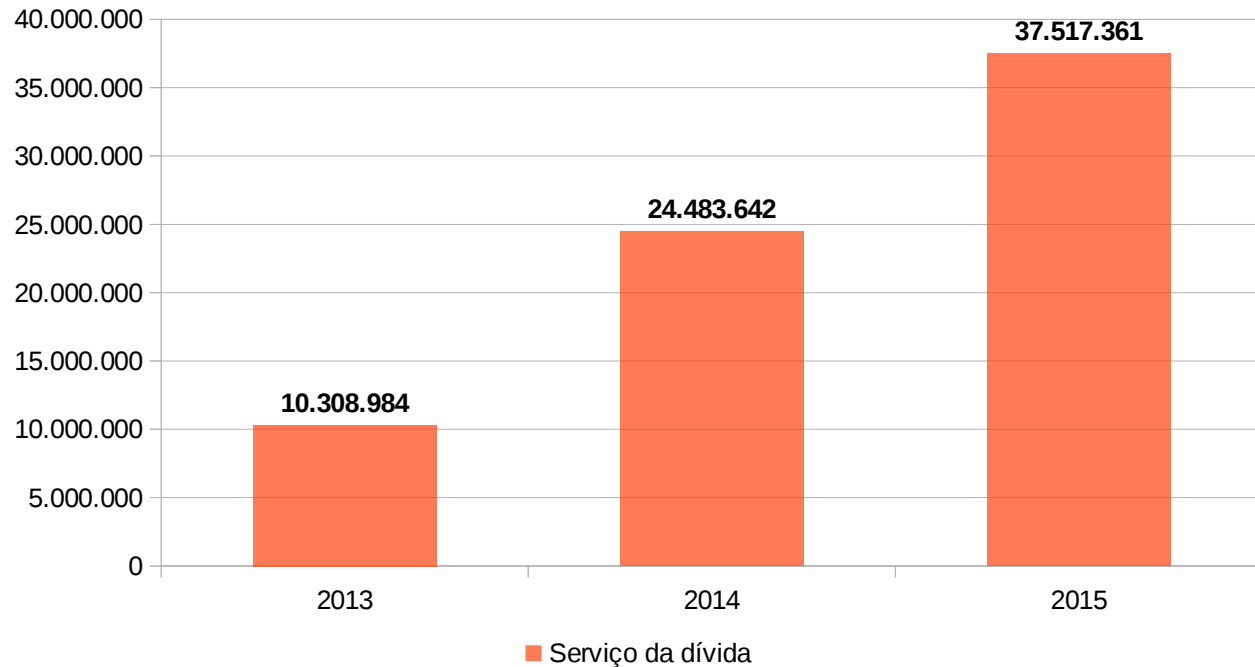
Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

O assombroso são os gastos com cargos comissionados em Natal. Nos 3 anos analisados, o crescimento foi de mais de **238%**. Isso significa um aumento nos gastos de 38 milhões de reais em apenas 3 anos. Esse valor poderia ter sido utilizado para melhorar as condições de trabalho dos servidores da saúde.



Serviços da Dívida

Serviços da Dívida no Município (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Também disparou, em Natal, os gastos com a dívida do município que saíram de 10 milhões de reais para cerca de 37,5 milhões em apenas 3 anos. Um crescimento de 264%.



CONCLUSÕES

Todas as receitas do município de Natal cresceram mais que a inflação nos anos de 2011 e 2016. O mesmo ocorreu entre 2015 e 2016. O que não cresceu mais que a inflação foram os investimentos na saúde.

Os gastos da prefeitura de Natal com Pessoal estão próximos do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa deverá ser a grande desculpa da administração municipal. Essa lei é absurda e não pode bloquear investimentos em áreas básicas como a saúde.

Houve uma redução absoluta nos investimentos totais na saúde no ano de 2016. Ao mesmo tempo, os repasses da União para manutenção do SUS cresceram continuamente entre 2011 e 2016. A prefeitura destina cada vez menos recursos próprios a saúde.

O que disparou no município de Natal foram os gastos com terceirização, cargos comissionados e com a dívida do município. Os cargos comissionados cresceram 238% em apenas 3 anos. Esse é um dos principais gastos “com pessoal” da prefeitura.